

**Comissão Parlamentar de Ambiente,
Energia e Ordenamento do Território**

Assunto: Audição do Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, do Diretor Geral de Energia e Geologia, do Presidente da Câmara Municipal de Barcelos e do Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, a propósito do projeto para a ampliação e fusão das concessões mineiras de “Bouça da Guelha” e “Alvarães”, nos concelhos de Barcelos e Viana do Castelo.

O projeto da empresa Mota Mineral, Minerais Industriais SA para a ampliação e fusão das concessões mineiras de caulino “Bouça da Guelha” e “Alvarães”, em Barcelos e Viana do Castelo, encontra-se atualmente em processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA). A empresa pretende aumentar a área atual de exploração de 50,2 para 74,5 hectares para extrair uma média anual de cerca de 490 mil toneladas de caulino nos próximos 41 anos. A concretizar-se o projeto, a empresa estima, no Estudo de Impacte Ambiental (EIA), um tráfego diário de 47 camiões a operar na área da exploração mineira e nas suas imediações, o que corresponde a quatro camiões por hora, entre as 08h00 e as 19h00.

A área de implantação das duas concessões mineiras, e do projeto que as pretende juntar e ampliar, abrange quatro freguesias do concelho de Viana do Castelo – Alvarães, Vila de Punhe e União de Freguesias de Barroselas e Carvoeiro –, e uma freguesia do concelho de Barcelos – Fragoso. A escassos 383 metros da área do projeto encontra-se, a sudeste, a povoação de Alvas; a 625 metros, a sul, Ponte; a norte, a 676 metros, a localidade de Regos; e a oeste, a 1183 metros, Alvarães.

As concessões mineiras têm sido marcadas por ilegalidades detetadas pelas entidades competentes. Em março de 2017, a Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) realizou uma ação inspetiva ao local na qual detetou extração ilegal de minério. A empresa havia explorado uma área de 2482 metros quadrados (2180 m² em Fragoso e 302 m² em

Alvarães) que se encontra fora da área concessionada pelo Estado e que, por isso, não constava do Plano de Lavra. Mas já em anos anteriores a DGEG havia identificado, em ações de fiscalização e nos respetivos relatórios, o incumprimento do Plano de Lavra, pois a empresa havia explorado zonas não autorizadas e criado locais de stock “*fora da área do Plano de Lavra*”. Até à data, não se conhecem quaisquer consequências para a empresa das irregularidades detetadas pela DGEG e muito menos medidas adotadas para repor a legalidade no local. Importa averiguar se o procedimento de AIA em curso é um meio de a concessionária ultrapassar as ilegalidades detetadas sem que quaisquer consequências daí advenham.

Também em 2017, a DGEG verificou incumprimentos em matéria de segurança nas concessões mineiras. Foram detetados caminhos que atravessam áreas de exploração sem qualquer tipo de vedação, com vedação deficitária e em más condições, bem como ausência de sinalização nas áreas de aproximação aos trabalhos mineiros. As cortas existentes no local – escavações com dezenas de metros de profundidade, parcialmente cobertas de água – encontram-se separadas por caminhos públicos. Por ali passam diariamente pessoas a circular a pé, de bicicleta, de automóvel ou motociclo, por motivos lúdicos ou para se deslocarem até às áreas agrícolas, apícolas ou zonas residenciais que existem nas imediações. Em visita ao local em abril de 2021, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda constatou que muitas das falhas de segurança persistem, constituindo sérios riscos para a segurança de pessoas e animais.

Os problemas ambientais originados pela exploração mineira têm degradado nas últimas décadas a qualidade de vida das populações que residem e trabalham nas imediações. As poeiras e o ruído provocado pelos trabalhos da exploração e pelas dezenas de movimentos diários de camiões aumentam a poluição atmosférica e sonora nas freguesias afetadas. Também os recursos aquíferos, os solos e a paisagem são agredidos pelas enormes crateras abertas para explorar caulino. Visitando o local constata-se que a recuperação ambiental da área não é uma preocupação da concessionária nem matéria de interesse das entidades competentes, apesar de existir a obrigação legal de concretizar medidas de recuperação ambiental em áreas de exploração mineira.

Entre 18 de janeiro e 26 de fevereiro, estive em consulta pública o EIA promovido pela concessionária Mota Mineral. Tanto a Câmara Municipal de Barcelos como a de Viana do Castelo emitiram pareceres sobre o projeto, mas em sentido contrário. A Câmara

Municipal de Barcelos deu parecer desfavorável ao projeto por considerar que “*a exploração acarreta impacte de carácter relevante sobre o território, apresentando impactes ambientais relevantes ao nível dos recursos hídricos, da qualidade da água, dos sistemas ecológicos, da qualidade do ar, do clima e alterações climáticas e do ambiente sonoro*”. O município barcelense revela ainda que o projeto “*não cumpre na íntegra o Plano Diretor Municipal de Barcelos*”.

Já a Câmara Municipal de Viana do Castelo deu parecer “*favorável com recomendações*” ao projeto. O município exige o “*cumprimento escrupuloso na obtenção de pareceres e licenças do funcionamento e exploração, recomendações de segurança*”, tendo por objetivos “*acautelar questões que tenham a ver com a salvaguarda do património quer natural, quer arqueológico existente e ainda introduzir medidas mais adequadas no âmbito recuperação ambiental final*”.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda pretende ver esclarecidas as ilegalidades e incumprimentos de normas ambientais e de segurança ocorridos nas concessões mineiras “Bouça da Guelha” e “Alvarães”, a cargo da empresa Mota Mineral. Importa esclarecer se o projeto submetido a AIA coincide com os termos dos contratos de concessão em vigor, bem como conhecer as diligências desenvolvidas pela DGEG após as irregularidades detetadas nas ações inspetivas que levou a cabo.

Sobretudo, importa avaliar se estão salvaguardados o ambiente, a biodiversidade e a saúde das pessoas que vivem e trabalham a escassos metros da área de exploração mineira, e conhecer as medidas que as podem proteger dos impactes negativos provocados pela contaminação de solos e lençóis freáticos, pela poluição sonora e atmosférica que poder-se-ão prolongar por décadas de atividade extrativa naquelas freguesias dos concelhos de Barcelos e Viana do Castelo.

No sentido de esta Comissão e a Assembleia da República verem esclarecidas as matérias aqui expostas a propósito do projeto para a ampliação e fusão das concessões mineiras de caulino de “Bouça da Guelha” e “Alvarães”, nos concelhos de Barcelos e Viana do Castelo, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem, por este meio, **requerer a audição do Presidente do Conselho Diretivo da Agência Portuguesa do Ambiente, do Diretor Geral de Energia e Geologia, do Presidente da Câmara Municipal de Barcelos e do Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo.**

Assembleia da República, 19 de abril de 2021

Os deputados e a deputada,
José Maria Cardoso,
Alexandra Vieira,
Nelson Peralta,
Maria Manuel Rola